



**ACTA-RESUMO DO SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO  
OBSERVATÓRIO DE LUTA CONTRA POBREZA NA CIDADE DE LISBOA  
23 DE FEVEREIRO DE 2007**

O Seminário teve lugar no dia 23 de Fevereiro, nas instalações da SCML (Sala de Extracções) contando com a participação de 158 convidados presentes.

**Sessão de Abertura**

**Dr. Rui Cunha, Provedor da SCML**

Começo por felicitar a acção notável da Rede Anti-Pobreza em Portugal, exactamente no combate à pobreza e no levantamento das situações para encontrar a melhor forma de as poder combater. Evidentemente que se tem de conhecer as realidades para a partir deste conhecimento as poder combater com mais eficácia, e é exactamente por isso que o Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa faz todo o sentido.

É sabido que a persistência de processos geradores de pobreza e exclusão social contribuíram para agravar o défice social nas sociedades europeias. Na Europa onde, de acordo com a Comissão Europeia, no início desta década havia 65 milhões de pobres, os 25 Estados membros

(em média) detinham uma situação de pobreza persistente de 9% da sua população, e em risco de pobreza 15%.

Portugal também continua a ser um dos países da Europa comunitária onde a pobreza e a exclusão social atingem uma percentagem significativa da sua população. É pois importante que todos se empenham criativamente neste combate da redução e da eliminação da pobreza e da exclusão social, de forma complementar às iniciativas públicas do Estado. Portugal possui uma sociedade providência muito rica, onde as estruturas familiares e as relações de vizinhança têm proporcionado um significativo e actuante potencial de protecção e de ajuda mútua. As tradições portuguesas revelam uma preocupação historicamente enraizada de atenção aos mais pobres na sociedade, comprovada por exemplo, pela existência de cerca de 3000 instituições privadas de solidariedade social que desenvolvem a sua actividade com suporte financeiro do Estado. Mas para intervir bem é necessário conhecer bem.

O capital de conhecimento e de experiência acumulado por muitos actores públicos e privados ao longo de muitas décadas através de várias iniciativas governamentais e comunitárias a par do desenvolvimento da investigação realizada por universidades permite afirmar que neste combate à pobreza e à exclusão social já foi vencida a etapa da desvalorização da investigação científica desta questão, sendo consensual que é necessário um olhar e uma abordagem multidimensional. A aquisição de um conhecimento rico e insubstituível sobre a complexidade das relações de interdependência entre factores sócio-culturais, económicos e institucionais demonstra como se constitui e emergem os fenómenos de empobrecimento e exclusão social. Tem-se compreendido melhor o processo de interiorização destes constrangimentos nomeadamente no que se relaciona com a forma como os pobres e os excluídos são colocados na posição de reproduzirem os seus comportamentos e atitudes e os mecanismos que

originam o seu próprio empobrecimento e exclusão, mas também se tem aprendido a valorizar potencialidades e a reconhecer a capacidade de cada um criar e recriar o seu próprio destino.

O trabalho em parceria e em rede, a cooperação interinstitucional, o envolvimento e uma maior responsabilização da sociedade civil, tem nas últimas décadas constituído uma experiência que tem dado os seus frutos em termos de aproximar as formas organizativas do exercício de cidadania dos mais pobres. No entanto reconhecem-se bem as dificuldades destas organizações de actuarem como parceiros em representação dos mais pobres. É portanto necessário conhecer e partilhar constantemente boas e novas práticas de modo a que a inovação em política social ande a par da dinâmica social que por razões de fenómenos sociais de natureza global acrescentam incerteza e complexidade aos desafios de coesão e inclusão social que está perante todos nós.

Responsável na cidade de Lisboa pela promoção e desenvolvimento de respostas concretas de apoio a públicos desfavorecidos a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa considera que a articulação de esforços e o desenvolvimento conjunto de projectos que visam a inclusão social é a via mais eficaz para o alcance deste objectivo. Todos nós instituições, decisores técnicos, cidadãos e sujeitos que sofrem os efeitos da pobreza e da exclusão devem ser parte da solução. Por esta razão acolheu-se desde a primeira hora este projecto de criação de um observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa. Este será mais um contributo para melhorar o conhecimento da realidade socio-económica na capital, mas também será um espaço para a experimentação e de construção de instrumentos teóricos e práticos que permitam a operacionalização de metodologias de investigação-acção no combate à pobreza. Estamos perante mais uma oportunidade de cerrar fileiras contra a pobreza e contribuir para uma Lisboa mais solidária e conclusiva.

Finalizo salientando o agrado pela presença de todos os que honraram a apresentação pública do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, esperando os seus contributos para a criação deste observatório.

### **Pe. Jardim Moreira, Presidente da REAPN**

Experimental, de uma forma estruturada e inovadora, um dos seus principais eixos de intervenção: a investigação ao serviço da luta contra a pobreza.

A REAPN concretiza através do Observatório vários princípios de intervenção: produzir conhecimento, reforçar o parceria e a participação, contribuir para a formatação de políticas de combate à pobreza e avaliar, tendo em vista uma intervenção baseada nos pressupostos da investigação-acção.

Este Seminário significou a consolidação e o reforço de um trabalho de parceria muito importante para a REAPN em geral, e para o Núcleo de Lisboa em particular: uma parceria com um dos principais agentes de intervenção social na cidade de Lisboa.

Este observatório, no entender do Padre Jardim, “poderá vir a ser um instrumento precioso para o reforço e consolidação de uma forma de estar e de intervir contra a pobreza pela qual se batem as redes sociais locais. Sempre se defendeu desde a fundação da REAPN em Portugal, a investigação e a utilização de diferentes formas de diagnóstico como meios primordiais no combate à pobreza. Se actualmente isto se tornou uma evidência e se vai consolidando como prática, não o era assim nos anos 90. Nessa altura, em que tão pouco se sabia sobre a pobreza em Portugal e em que a exclusão era ainda um conceito de difícil definição, já a Rede Europeia Anti-Pobreza se batia, aqui em Bruxelas, pela

promoção de mecanismos de observação e de diagnóstico credíveis como formas de combater a pobreza.

Em Portugal, a REAPN, por diversas vezes, procurou sensibilizar as instâncias de governo aos diferentes níveis (nacional e local) para esta necessidade. Se o combate à pobreza é uma prioridade nacional e de governo (continua a atingir 20% da população portuguesa - dados do Eurostat relativos ao ano 2004), a organização de meios de conhecimento estruturados e estruturantes poderiam constituir um óptimo recurso e investimento. Infelizmente, e apesar de reconhecida a necessidade, tal não viria a acontecer.

Se é verdade que entretanto se foram criando muitos observatórios, e existem algumas experiências que prestam uma atenção específica em relação aos fenómenos de pobreza e exclusão social, por outro lado, quase ninguém se atreveu a dedicar recursos específicos para uma intervenção desta natureza.

Em 2006 uma conjugação de interesses entre a REAPN e a SCM de Lisboa criou as condições de ma iniciativa desta natureza. É mais feliz esta iniciativa quando ela tem lugar na capital de Portugal e num contexto onde se concentram algumas das formas mais extremas e intensas de pobreza e exclusão social. Sim, porque se é verdade que Lisboa, enquanto região, é uma das mais ricas do país, não é menos verdade que é também nesta cidade que se concentram os piores e mais violentos fenómenos de pobreza e exclusão social.

Mas o que significa finalmente este Observatório? Para que é que ele serve?

A feliz conjugação das palavras que se pode ver na imagem que o identifica diz quase tudo: **Observar, reflectir, propor, agir e avaliar.**

Colocar estas palavras em círculo, eis para que deverá servir este observatório.

Como dizia o poeta “o caminho faz-se caminhando”: esta foi também uma máxima para a REAPN. Assim, ao invés de adoptar-se um modelo já experimentado, copiando a sua metodologia, optou-se por procurar o próprio caminho.

Observar a pobreza em Lisboa poderá ser semelhante a observar a pobreza em Paris, mas não será certamente a mesma coisa. Assim, uma das principais acções deste observatório neste seu primeiro ano de existência será precisamente encontrar o seu caminho.

Este Seminário representa um dos primeiros passos nesse sentido. E procurar um caminho próprio implica:

- Conhecer outras experiências;
- Conhecer o território onde se pretende actuar;
- Encontrar as melhores e mais fiáveis fontes de conhecimento;
- Envolver todos os actores relevantes, e, em particular, envolver as pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão, rentabilizando todo o seu know-how e recursos;
  
- Garantir que a informação produzida seja um instrumento de investigação-acção, ou seja, que produza impacto positivo nas práticas e políticas de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa e que possa estar ao serviço dos actores e estruturas de actores que protagonizam este combate. A este nível importa sublinhar o importante contributo que o Observatório pode constituir para a consolidação e eficácia da Rede Social Local de Lisboa.

Importa salientar que antes mesmo de arrancar, este Observatório já está a “fazer escola”. A REAPN tem recebido vários desafios da parte de

diferentes Concelhos para a promoção observatórios noutras locais, como é o caso da Vila Nova de Gaia, do Porto e de Matosinhos. Este facto agiganta as responsabilidades do Observatório de Lisboa que seguramente, servir como experiência modelar”.

### **Dr. Paulo Teixeira, coordenador do Núcleo de Lisboa da REAPN**

Existem uma série de iniciativas que já foram referenciadas e que se pensadas e articuladas podem ter um impacto real sobre as problemáticas da pobreza e da exclusão social. Falou-se do Observatório que é, o que nos une hoje aqui na sala de extracções da S.C.M. de Lisboa, falou-se também da rede social e de muitas outras iniciativas que têm vindo a surgir um pouco por todo lado na cidade de Lisboa. Por outro lado isto prende-se com a necessidade de conhecer melhor a realidade para se obter mais eficiência e eficácia na intervenção. Como referiu o Pe. Jardim, a imagem do Observatório de Luta Contra a Pobreza diz tudo, observar, reflectir, propor, agir e depois avaliar.

Em muitos observatórios e em muitas outras experiências que surgiram, e como aqui foi referenciado, alguns deste factores não estiveram presentes e é muito importante desde a primeira hora esteja aqui bem explícita a ideia de agir e de avaliar, fazendo possível que este observatório seja um instrumento efectivo de combate à pobreza e à exclusão social em Lisboa. Como dizia o senhor Pe. Jardim Moreira anteriormente e reforçando a ideia, o importante é ter algum impacto na vida das pessoas que realmente necessitam, é importante observar, é importante reflectir, mas é importante propor formas de intervenção que sejam inovadoras e que estejam mais de acordo com os desafios da pobreza e da exclusão de hoje que não é a pobreza e a exclusão de ontem.

O Núcleo Distrital da REAPN de Lisboa e os seus associados estão dispostos a participar activamente na construção de um observatório que seja efectivamente um instrumento de mudança e de impacto real na sociedade. Estão aqui presentes muitas instituições neste seminário, nem todas serão associadas do Núcleo de Lisboa, mas serão instituições com intervenção na cidade de Lisboa e são agentes privilegiados para a mudança, agentes privilegiados para o aumento da eficácia e da eficiência da intervenção com os quais muito contamos.

A mensagem de hoje é de abertura, de empenho de todos para que este seja efectivamente o melhor observatório possível para uma realidade que é muito complexa e que exige muito de todos os profissionais que com ela trabalham.

Quero deixar bem vincada a abertura do Núcleo de Lisboa da REAPN para participar activamente, mas também de todos os seus associados que transmitiram este mesmo sentir durante a última reunião de Núcleo. Quero igualmente reafirmar o meu empenho pessoal para trabalhar com a equipa que estará na coordenação técnica e científica do Observatório, para que este seja o melhor observatório possível para a cidade de Lisboa.

### **Conferências de apresentação do Observatório**

**Dr. Sérgio Aires, Coordenador Científico do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**

Na sequência da criação, 1990, da *European Anti-Poverty Network* (EAPN), sediada em Bruxelas, a REAPN tem procurado, desde a sua fundação em Portugal (1991), enfrentar os problemas da pobreza e exclusão social através de uma estratégia de intervenção assente na consciência da pluridimensionalidade desses fenómenos bem como na necessidade de envolver todas as tarefas da vida social, económica,



política e cultural na sua resolução, tendo como prioridade a inclusão dos próprios excluídos nestes processos.

A Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN) desenvolve a sua actuação no combate à pobreza e exclusão social, utilizando como instrumentos preferenciais e estratégicos a informação, a formação e a investigação.

A REAPN tem assim como principais objectivos:

- Estabelecer/dinamizar uma interacção (rede) entre instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e exclusão social;
- Colaborar na concepção de programas de acção e políticas sociais;
- Promover acções nos mais variados âmbitos que aumentem a eficácia das políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Incentivar a promoção de acções inovadoras;
- Garantir a função de “grupo de pressão” para os menos favorecidos;
- Promover a integração social e o desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas que vivem em situações de pobreza e exclusão social.

A ideia desta iniciativa de constituição de observatórios remonta anos 90, quando a observação social foi objecto de um rápido desenvolvimento ligado ao crescimento dos fenómenos de exclusão e de pobreza e a uma nova atenção das autoridades públicas (nacionais e europeias) em relação aos processos de mudança estrutural que estavam a ocorrer, particularmente no espaço da União Europeia.

A REAPN no seu âmbito de intervenção, quer nacional, quer europeu, sempre privilegiou as dimensões de análise e investigação, como formas estruturais de obter os diagnósticos e as informações necessárias ao

bom desenho, implementação e avaliação de políticas de combate à pobreza e à exclusão.

Foi no seguimento desta ambição que, em 2006, a REAPN celebrou um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), para a montagem e o desenvolvimento de um Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Entre outras actividades, o Observatório propõe-se produzir conhecimentos e instrumentos que permitam apoiar a tomada de decisões estratégicas e a adopção de medidas concretas destinadas à inserção pessoas socialmente desfavorecidas, estimulando e promovendo projectos e medidas que visem o reforço de dinâmicas de desenvolvimento local e de trabalho em rede.

A definição e construção de um Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, tem como objectivo contribuir para o conhecimento da realidade sócio-económica da Cidade, e por outro lado, tratando-se de uma experiência piloto, esta acção terá como objectivos específicos, a experimentação de metodologias, a construção de instrumentos teóricos (indicadores) e práticos (métodos de recolha e análise participada) capazes de fazer desta experiência uma prática modelar apta para ser disseminada e adoptada por outros Concelhos e/ou dimensões territoriais.

Em termos concretos, pretende-se que tal Observatório se constitua como um instrumento que permita recolher, mediante diferentes baterias de indicadores (quantitativos mas, e sobretudo, qualitativos), dados capazes de proporcionar a operacionalização de metodologias de intervenção de investigação-acção no combate à pobreza.

As linhas de acção do Observatório em 2007 devem ser as seguintes:

- Elaboração de um Roteiro de experiências e conhecimento;
- Construção de instrumentos de recolha de informações e elaboração de um inventário de parcerias e de “fornecedores” de dados;
- Levantamento e sistematização de todas as entidades locais com intervenção directa e indirecta no combate à pobreza;
- Levantamento de todas as políticas, programas e respostas sociais (sob o ponto de vista tipológico e legislativo).

As principais linhas de acção do observatório deverão conter:

- Seleccção e experimentação de métodos de Observação;
- Elaboração e monitorização de um Plano Estratégico de Acção para o Desenvolvimento futuro do Observatório;
- Transversalmente, organização de diferentes eventos para a prossecução dos objectivos do Observatório.

O que está já a ser feito pelo Observatório:

- Criação de uma identidade e de uma “ estrada” própria;
- Definição do contexto institucional e político do Observatório tendo em consideração as políticas e programas de intervenção no âmbito da luta contra a pobreza;
- Elaboração de um inventário de todas as investigações produzidas neste âmbito;
- Conhecimento de todas as estruturas produtoras de informação relevante e das possíveis lacunas.

**Prof. Dr. Jordi Estivill, Perito internacional do Observatório de Luta  
Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**

Começo por agradecer aos organizadores do seminário, a possibilidade de estar com todos os presentes na sala e a oportunidade de troca de ideias sobre os observatórios da pobreza que esta iniciativa permitiu.

Gostaria de sublinhar a enorme alegria pela concretização deste seminário, uma iniciativa sobre a qual vem falando com Sérgio Aires há mais de um ano. E sobretudo quando já há mais “filhos” do Observatório de Lisboa, ainda antes do nascimento deste.

Os dois pontos fundamentais da minha comunicação serão:

1º Como surgem os observatórios, porquê e o que fazem?

2º Poder-se-á organizar um observatório partindo de vários pontos críticos, de desafios, de regras, de objectivos em que se baseiam os observatórios, assentes nos 14 exemplos de observatórios que se encontram no documento “Panorama dos Observatórios sobre a Pobreza e a Exclusão” (disponibilizado a todos neste seminário), em formato de fichas sintéticas, que permitem caracterizar cada um desses 14 exemplos de observatórios, 12 dos quais se referem à Europa, um ao Peru e o último, a Madagáscar.

Por vezes na vida há batalhas que se perdem, como a solução de 1994 de não continuar o Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, e destas podem-se retirar importantes lições. Uma delas é não esmorecer. Trata-se apenas de uma batalha perdida. Importa não abandonar o trabalho de luta contra a pobreza e exclusão e insistir. Procurar novos argumentos, novos instrumentos e novas formas de abordar estes fenómenos, procurando influenciar a sensibilidade social para as actuais dimensões da pobreza e da exclusão social.

Em 1994 terminava o terceiro programa de luta contra a pobreza e exclusão à escala europeia. Terminava também o observatório que tinha sido criado em 1990. Mas, seguramente, em 2007, estamos muito mais

conscientes do que significam os observatórios e estamos muito mais capazes de melhorar a capacidade de observação e de proposta a respeito da luta contra a pobreza e exclusão.

Existem diversas hipóteses com base em três gerações de observatórios no mundo e na Europa. A minha tónica principal centra-se na Europa.

Não deixa de ser interessante constatar que a ideia dos observatórios aparece mais nos países do Sul (na década de 80). Partindo de um trabalho de balanço sobre os observatórios (2000) é fácil verificar que existiu uma primeira geração de observatórios (criados nos anos 80) e que, durante os anos 90, surge outro “pico” de nascimento deste tipo de observatórios.

Nos anos 80 os observatórios nasciam sobretudo nos países do Sul, para contrastar com o impacto das políticas de ajustamento que as organizações internacionais propunham e aplicavam nestes países. Discutia-se muito sobre até que ponto as políticas que propunham o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional efectivamente ajudavam ou não estes países, se propunham abordagens adequadas, ou se, no limite, os empobreciam ainda mais.

Esta ideia pareceu estar na base dos primeiros observatórios que se criaram em Africa – o de Marrocos, o dos Camarões, o de Mali, do Senegal e outros que se criaram na América Latina – como no Brasil, no Chile, Peru e na Argentina.

Foi sobretudo a partir de uma medida ou de uma forma de trabalhar, que o Banco Mundial lançou nos anos 80, a que chamaram “Living Standard Manager Study”, quando começou a aparecer esta ideia de observar o impacto, de não contentar-se unicamente com saber quantas pessoas são atingidas pela pobreza, indo mais além e tentando usar esta nova ideia de observatório como um ponto focal, como um novo

olhar para as medidas. Este novo olhar nos anos 80 dirigiu-se sobretudo para o mundo rural, para o sector informal da economia e para o impacto das medidas.

Na Europa começou-se a discutir até que ponto valia a pena pensar em introduzir esta dimensão de trabalho. A pergunta que se fazia aos peritos, às organizações ou às instituições era: até que ponto um observatório é um valor acrescentado, até que ponto é algo mais que as análises sistemáticas e periódicas que já existem sobre a pobreza e a exclusão?

Esta pergunta, que predominou nos anos 80 (e que esteve na base da criação dos observatórios), tinha como resposta a necessidade de se criarem instrumentos (observatórios) enquanto instrumentos permanentes, periódicos e sistemáticos, combinando métodos que assentavam na definição de públicos-alvo específicos, tentando utilizar o tempo e o espaço de outra maneira.

Nos anos 90 emergiram novos conceitos que também se encontravam nas ideias de base dos observatórios: a ideia de *mapping*, de dar uma visualização gráfica territorial à realidade da pobreza e da exclusão; as ideias de *social reporting* que significam informação, não ficando apenas no observatório mas que sejam o mais possível difundidas e que predomine uma sistemática e periódica difusão; a ideia de *monitoring*, que dá corpo à forma como os ingleses intervêm em termos de acompanhamento continuado e sistemático. Todas estas ideias foram surgindo na chamada *geração de observatórios* que afectaram de maneira notável a prática adquirida na União Europeia.

A partir do ano 2000 deixa de fazer sentido a pergunta que se fazia nos anos 90 – *até que ponto teriam interesse os observatórios?* – porque se assiste a um amadurecimento dos observatórios na União Europeia.

Nos anos 80 surgiram os observatórios e nos 90, a maior parte deles toma como âmbito o espaço geográfico regional ou nacional. Nos anos 2000 assiste-se a um duplo processo: por um lado, estes instrumentos ampliam a óptica e o espaço de observação e vão ter cada vez mais uma dimensão europeia e inclusivamente internacional e por outro lado, reduzem a sua óptica e vão avançar o seu campo de acção no território local.

Porquê este duplo movimento de óptica mais dilatada, mais ampliada, e, ao mesmo tempo, de óptica mais concentrada e mais profunda? Porque muitos dos observatórios que se criaram à escala da União Europeia, foram também produto do debate sobre a distância, a governabilidade, a capacidade europeia de conhecer a fundo a realidade dos países que a compunham. Representaram inclusivamente uma certa aproximação ou, por outro lado, uma relativa desconfiança das instâncias da União Europeia, particularmente da Comissão Europeia, cujas informações facilitadas pelos governos, necessitam de ser transcendidas e complementadas pelas informações emitidas pelos institutos nacionais, de estatística por exemplo.

O movimento de observatórios locais, que são cada vez mais microscópicos, vem dizer que, por uma série de motivos, vale a pena reflectir: primeiramente, a importância, o interesse e a força que adoptam as ideias de desenvolvimento local e de desenvolvimento socio-económico em toda a Europa, e em particular na Europa Latina e na Irlanda. Cada vez mais se insiste que o território local é, um espaço a partir do qual se pode pensar em desenvolvimento sustentado e, portanto, há cada vez uma maior necessidade de ter instrumentos de observação e de análises feitas a partir da realidade local.

Outra motivação de fundo é a implementação, (do que se poderão chamar) de *pactos territoriais* que tiveram uma grande importância em Itália e deram lugar a determinados planos territoriais e de

desenvolvimento, não somente locais, de aglomerações urbanas, em que um conjunto de parceiros estão de acordo e têm uma série de objectivos comuns relativamente ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento socio-económico (uma espécie de Redes Sociais Locais em Portugal).

Neste sentido, vale a pena dizer que a importância dos mercados locais de emprego e as medidas aplicadas com esforço, fizeram também surgir, observatórios centrados no mercado de trabalho.

Outro elemento de motivação, é a larguíssima história do que se pode chamar de, *projectos territorializados de luta contra a pobreza e exclusão*, necessitados de novos instrumentos de observação e de análises. É evidente que, para esta redução da óptica dos observatórios locais, terão contribuído todos os processos de descentralização institucional, que abarcaram não só os países onde existe uma estrutura mais federalista mas também países com tradições muito centralistas, como por exemplo França ou Inglaterra que insistem cada vez mais no *local*, para a luta contra a pobreza e a exclusão.

A razão última da insistência no *local*, é o crescente protagonismo das cidades; as cidades também querem ser protagonistas à escala europeia, à escala dos seus países e estabelecem cada vez mais planos estratégicos de desenvolvimento da cidade e das suas corporações, que contribuíram depois do ano 2000, para uma explosão de observatórios locais e transnacionais.

Existe também o chamado efeito de moda – porque cresce o número de observatórios, porque faz o vizinho do lado, todo o mundo precisa fazer observatórios. Quais são as motivações que estão de facto na base da criação dos observatórios? De alguma forma, a pobreza e a exclusão estão em muitos casos e em muitos países escondidas, não se deixando visualizar e a emergência dessa pobreza e dessa exclusão, tem um



papel muito importante na formulação de estratégias. Daí que, os observatórios se convertem numa possível combinação de métodos que não são “escravos” de uma metodologia predominantemente quantitativa ou qualitativa. A forma de observatório permite esta combinação de diferentes metodologias, que de alguma maneira ajudam a ultrapassar o debate sobre quais são os métodos mais adequados para analisar a pobreza e a exclusão.

São necessários novos métodos de análise que sejam periódicos e que signifiquem um acompanhamento, acreditando que os observatórios dão esta possibilidade, de medir os impactos e os resultados das medidas, e aí todos têm um dever pendente, não só de observação, mas também de ver como funcionam as medidas, de avaliá-las e ver quais são os seus resultados.

Portugal é um excelente exemplo deste crescimento. Existe a necessidade de uma boa planificação social e de ter sistemas de indicadores e de redes sociais. Portugal é uma oportunidade e ocasião para o desenvolvimento de novos métodos de planificação e de novos métodos de observação, tendo os observatórios evidentemente, um papel importante.

A pequena derrota acontecida em 1994, não significou, como já disse, a perda total da guerra. Muitos países continuaram a fazer planos, leis e programas, que fizeram uma certa combinação com o que se chama a Estratégia de Lisboa do ano de 2000. É evidente, que estes planos, estas leis e estes programas são impulsionadores de novas formas de observação da realidade social e da realidade da pobreza e exclusão social.

O debate incide sobre *o que fazer com a informação recolhida*, e como devolver esta informação aos que a facilitam, os sujeitos e os objectos

desta observação; muitas vezes transbordamos de informação. Aqui os observatórios não devem ser só passivos, mas mais pró-ativos.

Na página oito do documento “Panorama dos Observatórios sobre a Pobreza e Exclusão” utiliza-se um grande número de verbos postos no infinito: olhar, retratar, identificar, contemplar, filmar, seguir, monitorizar, mostrar, recorrer, juntar, seleccionar, contrastar, etc., etc.: pô-los no infinito significa pô-los na esperança, e pensar que se pode fazer com que estes diferentes níveis signifiquem etapas que os observatórios podem levar a cabo. O Observatório de Lisboa pode recorrer também a algumas destas funções possíveis.

Na página três do documento, há uma série de critérios que servem para ordenar os observatórios apresentados na segunda parte do documento (as fichas de 14 observatórios que se analisam de acordo com esses critérios).

Estes formam uma possível maneira de valorizar e de ver forças e fraquezas dos observatórios que existem, dos quais dois ou três já não existem, mas outros continuam a existir mesmo com a diferentes “batalhas” que se deram no ambiente europeu. Estes critérios serviram para fazer um certo jogo sobre as forças, as fraquezas, sobre as análises e balanços destes observatórios que estão na segunda parte desta intervenção.

O primeiro desses critérios é, *em que marco geral se inscreve o motivo para se criar um observatório?* Se este não é uma moda, tem que se dotar de uma periodicidade sistemática, de um papel que responda precisamente a esta procura colectiva.

Em alguns casos os observatórios foram criados por leis. O caso do observatório de França é paradigmático; foi uma decisão do Parlamento Francês que criou o observatório nacional, com todas as vantagens e os

inconvenientes. As vantagens dão uma força em termos de continuidade e de papel institucional a este observatório; o inconveniente será o de estar ao serviço das procuras mais institucionais e mais políticas, tendo assim menos margem de manobra.

Existem alguns observatórios como o do Peru ou de Espanha, sobre a comunidade cigana, que respondem a um marco dado por projectos europeus precisos, por exemplo o Programa ACCEDER, financiado pelo Fundo Social Europeu que gere a Fundación Secretariado Gitano. Deste modo, foi possível criar um observatório. Hoje, por existir o projecto PROPOLIS, criou-se um observatório no Peru. Quando assim acontece, a fraqueza do observatório está na sustentabilidade do observatório, isto é, quando termina o projecto aparece o perigo de o observatório terminar também. A força destes observatórios está no precisar e delimitar fortemente o objecto de estudo, não os limitando a um projecto de intervenção concreta.

O tempo desempenha um papel fundamental nos observatórios. Normalmente pensa-se que um ano é um bom período, mas um ano é uma convenção cultural, e um ano nosso não é igual a um ano chinês e este não é igual a outros países e a outras culturas.

Podia alargar-se os observatórios ou encurtá-los. Se os alargam, existe o perigo das pessoas duvidarem da existência do observatório, e que género de observatório é aquele. Se os encurtam, o problema põe-se ao nível da obtenção de informação sistemática, do trabalho de informação e de difusão, isto é, exige tempo, portanto normalmente os observatórios começam com a ilusão de ter uma periodicidade anual, mas na realidade vários observatórios passaram para dois anos, para em parte coincidir com a obtenção e tratamento de dados, análises e difusão de estatísticas mais complexas ou que exijam um maior aprofundamento.

O caso do observatório francês, e dos dois observatórios italianos apresentados nas fichas de exemplos de observatórios, passaram, depois de apresentarem resultados do primeiro ano, para os dois anos. E a verdade é que se justifica porque, por exemplo, no caso dos italianos, por escolherem os métodos qualitativos de análise da pobreza extrema, e por optarem por uma periodicidade curta com respeito a um fenómeno tão profundo (que evolui às vezes rápido), viram-se confrontados com a impossibilidade de cumprirem tal objectivo em tão curto espaço de tempo, sendo obrigados a alargar para dois anos.

Terceiro critério, o de âmbito territorial, mais evidente quando se diz *local*, pois o perímetro municipal não coincide necessariamente com a cristalização da pobreza e da exclusão. Porque o local está sempre sujeito a medidas, políticas e a programas que transcendem o local, e o local é o lugar a partir do qual existem e podem ser também desenhadas medidas.

Portanto, não é evidente o território ser algo determinado rapidamente ou *a priori*. Há que fazer uma reflexão e estabelecer o perímetro do observatório. A pobreza é às vezes concentrada e difusa. As cidades por exemplo expulsam e atraem pobreza e riqueza, cabendo portanto perguntar pergunta-se qual será o âmbito adequado de um observatório.

Um observatório é algo a ser planeado no longo prazo e que, observando os observatórios, perdoem-me a redundância, se constata que em muitos casos, observatórios que começaram pelo local (identificando a cidade como o local de acção) estão a passar para uma dimensão de áreas metropolitanas, de corporações, e áreas mais amplas que envolvem o mundo da cidade.

Quarta reflexão, a força dos observatórios aumenta quando o número de actores cresce, intervindo assim, a ideia de parceria. Esta é uma ideia

quase indiscutível nas medidas de política social, mas também o é nos observatórios.

O que dá continuidade aos observatórios, sustenta-se em saber muito bem o que faz cada actor. Os actores não são todos iguais, as suas dimensões são diferentes, o seu papel não é igual, nem como vão utilizar ou contribuir para o observatório. Por estas razões é importante que fique claro a maneira como esta parceria se vai dinamizar e qual é o papel de cada actor.

Quais são as áreas pretendidas para estudar nos observatórios? Se parte da pobreza e da exclusão estão escondidas, como dizem os italianos, um dos papéis dos observatórios é fazê-las emergir, fazer aparecer à luz este novo modo de olhar dos observatórios. Aí se propõem opções diferentes, focalizando o olhar sobre a pobreza mais extrema ou sobre a pobreza chamada mais relativa.

Como pode um observatório delinear as análises da exclusão social? Poderá privilegiar determinados grupos como se faz em alguns destes observatórios da pobreza extrema, o Observatório da Comunidade Cigana, e o dos Desempregados. Privilegiam-se também determinadas formas de intervenção, a inserção, a mediação, etc., pondo-se assim, a tónica no seguimento das medidas e nos resultados.

O importante é definir claramente o que se quer fazer, e não o tentar fazer tudo. Os observatórios que foram capazes de melhor definir-se desde o início, são aqueles que tiveram mais possibilidades de ir acumulando funções sucessivas e acumulativas, podendo ser uma lição interessante para o Observatório de Lisboa. Pensar que no início, se podem definir determinadas áreas prioritárias na generalidade, quais são as prioridades e ir acumulando funções, acumulando colectivos ou áreas diferentes poderá ser o melhor caminho.

Evidentemente que o financiamento é outro dos pontos críticos que aflige os observatórios. É possível encontrar observatórios que se foram permitindo estudar, propor diferentes fórmulas de estudo, nomeadamente a forma como um observatório actua incluindo a sua forma de financiamento. O de França, por exemplo, financiado pelo Estado, directamente pelo Parlamento Francês é um exemplo paradigmático.

Existe também em França um pequeno observatório muito interessante, onde há uma multiplicidade de fontes de financiamento. Tem um pequeno financiamento público, financiamento de instituições e fundações sem fins lucrativos e, procurando uma maior sustentabilidade foram mais longe, procurando parcerias financeiras de empresas importantes em França, que podem estar interessadas, pela sua “costela” de responsabilidade social, em financiar este pequeno observatório que se dedica a estudar os Sem Abrigo na cidade de Paris.

Se somos sensíveis à autonomia e à independência dos observatórios, vários autores na sua literatura insistem na sua independência: fica então claro, que a multiplicidade das fontes de financiamento se devem converter numa certa garantia desta independência e desta autonomia dos observatórios.

Independência e autonomia, não quer dizer evidentemente neutralidade ou abster-se de fazer as coisas Um observatório pode ser um lugar de encontro, não deve ser só um lugar de observação da realidade, mas também um lugar de reflexão e de partilha com outros observatórios e isto dá lugar a que os observatórios devam serem pró-activos. Em geral a lição que se pode tirar das formas de organização dos observatórios é a insistência para que tenham uma certa dupla ou tripla estrutura. Um primeiro nível onde se tomam as decisões estratégicas as decisões financeiras importantes; um segundo nível, onde actua a equipa que gere e concretiza as acções do observatório (e onde, em muitos casos,

se cria um comité de acompanhamento onde participa o mundo da investigação, o mundo universitário, ou peritos que tem outro tipo de observação que não é decisória, mas sim consultiva sobre os observatórios). Seguinte critério ou ponto crítico dos observatórios, é o publico a que se dirigem, aquilo para onde deve apontar, para onde se direcciona o observatório quando é constituído. Os resultados não são os mesmos conforme se dirijam aos afectados pela pobreza e pela exclusão ou aos profissionais que se ocupam da pobreza e da exclusão ou aos meios de comunicação ou aos cidadãos ou aos responsáveis institucionais ou, ainda, aos responsáveis políticos.

Os observatórios atendem a uma certa multiplicidade de produtos, não devem querer só produzir uma série de estatísticas, ou uma informação anual, ou um relatório. Devem acudir a diferentes tipos de produtos em função de distintas linguagens existentes, e a diferentes formas de informação: uma é a dirigida aos profissionais, a outra é dirigida aos meios de comunicação social que se ocupam da pobreza e da exclusão social.

A multiplicidade é algo que se caracteriza na versatilidade dos observatórios, e isto também se reflecte em outro critério e noutra ponto crítico que seriam as metodologias. Todos utilizam sistemas de indicadores. Estes sistemas são sistemas indirectos sobre a realidade, são símbolos desta realidade. Os indicadores dão ideias quando se utilizam certas séries e quando são comparativos na interpretação de como funcionam as coisas.

Nos 14 exemplos de observatórios que estão em fichas no documento existem exemplos interessantes de metodologias. Diria que nos observatórios europeus, o seu ponto forte é o trabalhar em rede as monografias nacionais. Estas sugerem esquemas que sejam parecidos entre todos eles, mas que respeitem também cada realidade nacional. Se algum observatório europeu fracassou foi porque, ou foi muito

generoso, muito aberto quanto ao seu esquema de investigação ou então não foi possível comparar, porque a troca de informação foi tão rígida que não permitiu o aparecimento da realidade nacional.

Parece interessante constatar que o observatório de Aveiro em Portugal, tem grandes virtudes a nível metodológico e faz um esforço de mapificação interessante, tendo sobretudo um enorme interesse por tentar transcender métodos quantitativos. Abordar metodologicamente painéis de famílias pobres, é uma metodologia que dá bons resultados, não só para conhecer a evolução das manifestações da pobreza e da exclusão social, mas também sobretudo para analisar as suas causas.

No caso do observatório Inglês, o interesse metodológico, é uma bateria de 45 indicadores que vão sendo repetidos cada ano e que permitem ter uma fotografia muito ajustada da realidade multi-sectorial e pluri-dimensional da pobreza e da exclusão em Inglaterra.

No caso do observatório de Lima no Peru, é interessante verificar a utilização dos inquéritos; no caso de Espanha, o método de questionar utilizado. Em Madagáscar, o esforço que se tem feito para formular indicadores objectivos usados pela primeira vez num observatório sobre a pobreza e a exclusão, tem sido um passo em frente na luta contra a pobreza neste país.

Na Flandres, o observatório que existe é um dos maiores da Europa, ou no caso dos dois italianos, é interessante ver como combinam as metodologias qualitativas com as metodologias quantitativas.

Na página seis do documento existe uma síntese de alguns problemas dos observatórios. O primeiro será a escolha de um instrumento que não seja adequado e “se se quer a lua, não se pode utilizar o microscópio e para ver e estudar os microrganismos não se pode utilizar o telescópio.”



O instrumento é fundamental, tal como a adequação do instrumento que se vai utilizar para analisar a pobreza e a exclusão. Mas é sabido que alguns “sábios” se enamoram mais do instrumento e acabam apenas interessados pela sofisticação do mesmo, esquecendo que a finalidade é a análise da pobreza e da exclusão. Parece que o valor do observatório está nestes critérios: a continuidade, a periodicidade, a sistematização, a acumulação e a globalidade.

É importante que a noção que se tem da realidade, não deverá ficar só à superfície, tem de haver aprofundamentos desta realidade e, evidentemente, o risco é a manipulação do instrumento. Alguns “sábios” gostam de meter a mão no instrumento, tentar melhorá-lo e acontece às vezes que, no final o instrumento apenas relata uma parte da realidade (muitas vezes bastante subjectiva). Outro perigo dos observatórios é o de serem observatórios de “sábios” e não terem uma função de visibilidade e de transparência para outros observatórios ou para o público em geral.

Espero que esta minha primeira reflexão e futuros contributos possam, na medida do possível, fazer com que o Observatório de Lisboa seja um instrumento mais capaz de analisar, observar, sistematizar e propor sobre a realidade da pobreza e da exclusão na Cidade de Lisboa.

### **Questões e Debate**

**Dr. Carlos Alberto Fernandes**

*Quanto custa o funcionamento de um observatório como este? Quem vai ser a entidade (o centro de investigação) que irá assumir este trabalho?*

**Dr.<sup>a</sup> Maria Amélia Faria (SCML)**

*Gostava de perceber um pouco melhor: como é que um Observatório em relação a Lisboa vai canalizar e compatibilizar a observação da área*

*metropolitana de Lisboa? Porque Lisboa é um concelho fronteira com Concelhos com áreas cinzentas. Como é que está perspectivada esta articulação e visão que permita olhar para a cidade de Lisboa?*

**Dr. Vicente Gomes, Centro de Saúde de Aveiro**

*Observatório na cidade de Lisboa, porque não da cidade Lisboa? Sendo a REAPN nacional, porque é que o Observatório não o é?*

**Presidente da junta de freguesia da Charneca (Lisboa)**

*Existem muitas associações com o intuito do estudo da pobreza, porque é que não existe um efeito aglutinador?*

**Dr.<sup>a</sup> Ana Cardoso (CESIS)**

*Preocupando-me com a rentabilização de todo o tipo de estratégias, sejam de parceria mais para a acção ou voltadas para a reflexão e para a avaliação, e sendo esta já uma componente importante da própria acção, pretendo saber se sendo o Observatório uma ideia de colaboração entre a REAPN e a SCML, qual é a relação que está prevista com a própria Rede Social que já foi constituída em Lisboa. Em que medida é que o Observatório como elemento importante de produção de conhecimento deve alimentar a rede e vice-versa?*

*Quais as formas que estão a equacionar para fazer dialogar as duas estruturas que vão acontecer em paralelo?*

**- Presidente da junta de freguesia de Nossa Senhora de Fátima - Lisboa**

*A freguesia Nossa Senhora de Fátima tem uma população grande na 3ª idade, com uma pobreza envergonhada e uma descarada. Aqueles que são pobres não são tão pobres quanto o demonstram.*

*Acho que quantas mais associações existem, menos o trabalho resulta. O que é necessário é trabalho em Rede, e acho que isto não está a acontecer. Todas as semanas se têm reuniões participadas e activas*

*com as assistentes sociais que a SCML dispensa nesta freguesia. Espero que o Observatório possa reforçar este trabalho de rede.*

**Após estas questões, tomou a palavra Sérgio Aires, coordenador científico do Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa para lhes responder.**

Tratando-se de uma primeira experiência, sendo um projecto experimental e piloto tem, para já, um custo baixo. Este primeiro ano de trabalho é um ano de definição e o custo rondará os oitenta mil euros. No entanto, importa sublinhar que a REAPN e a SCML, juntamente com todos os que estão aqui hoje (e os que não estão), também fazem parte deste orçamento. Todos estes actores irão contribuir para muito do trabalho que vai ser feito. Esta actividade precisa de muito co-financiamento mas que não se traduz apenas em dinheiro. Importa considerar que se conta com todos os recursos que a REAPN tem disponíveis e que estão afectos e a trabalhar com toda a energia neste projecto.

A entidade que irá assumir a investigação é a REAPN. A REAPN, e caso não tenha ficado claro, é uma das principais entidades produtoras de investigação nos domínios da pobreza e da exclusão social em Portugal.

Quanto à questão sobre como se vão definir as fronteiras entre o concelho e a área metropolitana para conseguir conhecer os fenómenos de pobreza de uma forma abrangente e eficaz, o Prof. Jordi Estivill falou-nos das dificuldades em concentrar-se apenas num território ou definir um território limite de um Observatório que se debruce sobre o tema da pobreza e da exclusão. De facto, teremos que assumir com todo o cuidado esta delimitação claramente artificial. Lisboa é um território que atrai e expulsa pobreza e esta, evidentemente, tem origens e consequências noutros sítios. O Observatório não se vai limitar, de uma forma cega, à cidade ou ao Concelhos de Lisboa. O que pode estar a

acontecer em Lisboa – em termos de pobreza e de exclusão - pode ser consequência do que se está a passar em áreas limítrofes e que estão para lá do Conselho de Lisboa. Em abono da verdade podemos estar a falar de fenómenos que têm âmbitos e causas nacionais. Naturalmente concentraremos, pelo menos por agora, a nossa atenção nos efeitos e consequências na Cidade de Lisboa mas, futuramente, teremos que ir mais longe. Muito mais longe. O que é fundamental é assegurar um trabalho em rede que facilitará esta flexibilidade de análise, mantendo a lucidez de que existem vários limites.

O Observatório é na cidade de Lisboa, porque foi aqui que se conjugaram as vontades e os recursos para que ele aparecesse. Não foi por falta de tentativas que a REAPN não avançou com o Observatório noutros locais ou com a proposta de um Observatório nacional. Mas, no nosso entender, não é mau que de avance com pequenos passos. Ainda vale a pena experimentar e ir devagar, para evitar algum acidente de percurso. Na realidade poderia ser mais fácil, por exemplo, alguma entidade ou o Estado decretar o lançamento de um observatório nacional de luta contra a pobreza e depois não acontecer nada, como acontece com grandes planos de acção que falham porque não foram pensados de baixo para cima, mas sim, ao contrário.

Começar por Lisboa pode ser uma boa aposta. Afinal, e pelo menos em termos de senso comum, é aqui que se concentram os maiores e mais intensos problemas de pobreza e exclusão social e onde eles são mais multidimensionais e complexos. Assim, e se havia um local de emergência em termos de intervenção nesta área, particularmente no que diz respeito à pobreza extrema, seria aqui. É evidente que também existem outros grandes centros urbanos onde se poderia ter montado um observatório deste género. Partindo desta experiência poderemos dar passos para a criação de outros observatórios ou até de um observatório nacional. O futuro o dirá.

A intenção de um instrumento desta natureza é a de que esteja ao serviço de todas as plataformas que existem (ou venham a ser criadas) na cidade de Lisboa. Não há assim nenhuma razão pela qual o observatório não possa ser um instrumento muito interessante para a Rede Social de Lisboa e para todas as outras estruturas de parceria que existam na cidade de Lisboa. Bem pelo contrário, é um instrumento interessante para a Rede Social de Lisboa, potencialmente importante para aquilo que irão ser as redes supra-municipais e supra-concelhias. Estas redes são instrumentos de reflexão e onde este Observatório pode contribuir muito na região de Lisboa. O observatório não nasce contra ninguém nem para se substituir a ninguém. De resto, e desde a sua fundação que existe uma preocupação em procurar concertar as suas intenções com o que está a ser feito no terreno em termos de políticas públicas.

Um dos objectivos deste Observatório é a preocupação com a pobreza extrema, com a intensidade da pobreza e com a não resposta, ou seja, uma das linhas de orientação que vai interessar ao Observatório será actuar onde não há respostas e onde as que há não funcionam. Queremos chegar aos fenómenos onde não se consegue chegar, onde já se tentou tudo e não se conseguem respostas que concretizem mínimos indispensáveis de inclusão social.

### **Conclusões dos Workshops do Seminário de Apresentação do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**

#### **Workshop1: Os problemas, os actores e as áreas de intervenção**

Este workshop orientado por Sérgio Aires, coordenador científico do Observatório de Luta Contra a Pobreza, tentou enfatizar a importância

da identificação dos problemas, dos actores das áreas de intervenção e também de produtos que o Observatório se devia dedicar.

O objectivo não era chegar a conclusões mas identificar um conjunto de ideias que pudessem contribuir para uma melhor, e mais participada, definição do observatório.

Primeiramente valerá a pena dizer que não existem grandes novidades em relação aos problemas da cidade de Lisboa. Estes não são muito diferentes daquilo que se passa noutras regiões de Portugal. Existem alguns problemas de estrutura, outros de forma e alguns de conteúdo.

O problema de estrutura que foi mais mencionado, resulta do facto das políticas e das respostas sociais serem tomadas ao nível central e não terem um nível de participação suficientemente abrangente, tendo a particularidade de não serem baseadas com a profundidade necessária, na análise e no diagnóstico dos problemas.

Em termos de “grupos-problema”, foram apontados vários: jovens sem alternativas, sem educação e formação de base suficiente para poderem fazer face aos desafios que lhes são colocados; idosos abandonados; imigrantes; comunidades ciganas, sem-abrigo, mães solteiras, toxicodependentes crónicos, crianças sem retaguarda familiar.

Foi bastante sublinhada a questão da “aliança” negativa entre os problemas de saúde mental e a pobreza, a exclusão social e a institucionalização deste tipo de pessoas. Abordou-se a problemática da doença mental como causa da pobreza, mas também como consequência das situações de pobreza e exclusão social. A este nível (e não só) foram sublinhadas as dificuldades de se alargar as respostas sociais existentes a estes “novos” problemas.

Falando de famílias (tendo presente o conceito alargado de famílias) referiu-se a problemática da pobreza infantil e das crianças em risco. A questão dos idosos isolados sem respostas facilmente disponibilizadas, com situações de isolamento quase crónico, e ainda por cima, com recursos mínimos em termos económicos foi outra das dimensões de grande preocupação.

Naturalmente, outro dos factores apontados foi o insucesso escolar, como causa estrutural da pobreza, muito relacionada também com as carências em termos de equipamentos educativos e particularmente ao nível do pré-escolar. Concretamente em relação a este assunto foram sublinhadas as dificuldades com as creches e a incompatibilidade de horários e a dificuldade de promover a inclusão social através do emprego das mulheres.

Também foi realçada a dimensão geracional da pobreza (ciclo vicioso da pobreza) e a urgência em quebrar este ciclo de pobreza procurando precisamente intervir precocemente ao nível da pobreza infantil.

Foi mencionada a questão da violência doméstica como causa, mas também como consequência da pobreza. A monoparentalidade, afectando principalmente as mulheres, os custos associados à habitação e à saúde das pessoas que vivem na pobreza e a dificuldade que têm de garantir questões tão estruturais como a saúde e a habitação são estruturas mínimas para se poder criar condições para se sair da pobreza.

Uma outra questão interessante, e que caracteriza Portugal, é a questão dos trabalhadores pobres, ou seja, o facto de ter acesso a um emprego não ser suficiente para garantir a saída de uma situação de pobreza.

Foi fortemente veiculada a ideia de que o observatório deve ter uma preocupação na área da prevenção. Deveria, preferencialmente, orientar a sua capacidade prepositiva nesta direcção.

Salientou-se também a necessidade e a importância da participação activa das pessoas em situação de pobreza na definição das políticas que lhes dizem respeito. Ouvir os cidadãos em situação de pobreza deverá ser um dos métodos de trabalho deste observatório. A constituição de painéis de pessoas em situação de pobreza deveria ser um dos métodos a privilegiar.

Sugeriou-se ainda neste workshop que continua a ser importante definir e veicular um conceito de pobreza “correcto”. Em Portugal a representação da pobreza ainda está imbuída de um carácter demasiado assistencialista e paternalista, o que, potencialmente, cria uma atitude de dependência em vez de autonomia. É importante introduzir a dimensão dos direitos sociais no combate à pobreza.

Quanto aos actores, mencionou-se as precárias formas de trabalho em rede. Apesar de tudo o que tem sido feito, parece subsistir uma dificuldade de articulação interinstitucional bastante forte, seja por parte de quem trabalha no terreno ou pela parte de quem define as políticas. Isto conduz a uma falta de coerência entre as políticas, as respostas e os recursos, sendo que, no pior dos casos, origina mesmo uma má gestão dos recursos e uma falta de eficácia das respostas ao problema da pobreza.

Ao Observatório foi pedido que definisse áreas de risco. Os problemas actuais com os imigrantes em situação de pobreza, especialmente os que estão em Portugal à 30 anos, cujas consequências da “não atenção” / exclusão levaram a situações complicadas que hoje experimentamos. O observatório poderia ser também um espaço de memória destas situações, para que não se repitam. Fazer a história da pobreza em Portugal.



Foi muito focada a questão do trabalho comunitário e da capacidade do Observatório de Lisboa encontrar respostas, o mais próximas possível dos problemas, que contem com a participação das pessoas e que tentem contornar a formalidade dos processos, apelando muito a uma intervenção em rede (principalmente redes de pessoas e não de instituições). Existe muito a tendência de olhar-se para as pessoas como problemas e não como recursos. Independentemente de viverem situações problemáticas, as pessoas também transportam uma grande parte das soluções desde que estas possam ser despoletadas.

O Observatório poderá proporcionar um melhor conhecimento das responsabilidades de cada um e tentar que cada comunidade responda aos seus problemas, ou seja, apela-se aqui à proximidade como uma mais-valia. Quando se fala de proximidade apela-se ao envolvimento das próprias pessoas, porque a soma das partes conciliáveis é uma boa solução para resolver os problemas de pobreza e exclusão.

Abordou-se também neste workshop a necessidade dos actores se posicionarem mais numa lógica de prevenção e de responsabilização, (auto-responsabilização) e não de uma lógica de assistencialismo. Sem paternalismos, é importante ter presente que é preciso encontrar soluções para muitas pessoas para as quais um emprego não constitui solução (pelo menos durante os próximos anos).

Quanto ao trabalho em rede, é fundamental continuar a apostar na formação contínua dos actores. Devemos questionar as práticas institucionais, querendo com isto dizer, que devemos auto-questionar os nossos papéis e as nossas responsabilidades e não tentar encontrar as responsabilidades destes problemas nas próprias pessoas.

Um guia de identificação de algumas problemáticas associadas a boas experiências para lhes fazer face poderia ser um dos importantes contributos e produtos do observatório.

A forma como pensar a prevenção também foi solicitada como um produto importante do Observatório. Tentar perceber como é que ao invés do assistencialismo poderemos concentrar uma grande parte dos nossos esforços na prevenção.

### **Workshop2: Os métodos e os modelos de observação**

Neste workshop dinamizado por Paulo Teixeira, coordenador do Núcleo de Lisboa da REAPN, pretendeu-se discutir a possível metodologia de trabalho do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Foram ouvidas opiniões de representantes de diversas instituições que desenvolvem trabalho na área da pobreza, o que fez deste workshop um *brainstorming* de recursos e metodologias a usar, porque quanto mais diversificadas as opiniões, mais rica será a definição de uma estratégia de acção comum no combate à pobreza.

Antes de se falar de métodos ter-se-á de definir melhor o enfoque do observatório, visto que será difícil definir métodos à priori sem saber quais são os indicadores que se vão escolher para monitorização. O grupo falou da importância de encontrar uma bateria de indicadores que fossem os fundamentais para fazer uma certa monitorização da realidade social e desta problemática específica da pobreza, tentando filtrar aquilo que é essencial daquilo que é acessório. Só depois se deverá pensar em metodologias de recolha desses indicadores. Em relação à identificação de boas praticas, para isso é importante definir o que é uma boa prática. Só por si, definir o que é uma boa pratica, é já

uma boa prática. Ter comunidades de boas praticas é uma mais valia no combate à pobreza e uma pista que o observatório poderia seguir.

Foi sublinhada também uma ideia importante sobre a coordenação do Observatório: este teria muito a ganhar se criasse grupos de aprofundamento de algumas questões, para se discutir indicadores específicos de algumas áreas, com técnicos e com pessoas que trabalham nestas áreas específicas.

Foi sugerido, como primeiro passo, fazer uma experimentação de observação em relação a uma medida concreta.

Sublinhou-se a ideia de seleccionar territórios pilotos que, pela sua especificidade, possam merecer uma atenção concreta. Numa realidade urbana como a de Lisboa, poderá ter importância a delimitação geográfica das freguesias ou do concelho de Lisboa e poderá haver zonas que precisem de um trabalho mais pormenorizado de observação.

O esforço deste Observatório deverá ser articulado com o esforço da Rede Social de Lisboa para que não se caia numa repetição de trabalho e em esforços dissonantes ou concorrentes.

Do brainstorming saíram as seguintes ideias acerca das fontes de informação onde o observatório poderá ir buscar material para o seu trabalho:

- Centro de estudos para a Intervenção Social (CESIS), tem um estudo específico sobre a pobreza na cidade de Lisboa;
- Base de dados do centro distrital de segurança social sobre as instituições e respostas sociais para a erradicação da pobreza;
- Caracterização das freguesias de Lisboa, base de dados feitas pelo Dr. João Seixas;

- Ficheiros de equipamentos, de serviços e atendimentos da SCML;
- Possíveis trabalhos feitos por universitários (mestrados, doutoramentos);
- Diagnósticos sociais feito pelas redes sociais;
- Comissões sociais de freguesia e respectivos diagnósticos.

Para alguns dos participantes neste workshop, o observatório terá maior probabilidade de funcionar ao nível da sua intervenção se privilegiar uma abordagem específica por freguesia que passa por uma definição estratégica globalizante e integradora da cidade de Lisboa. Sendo assim, ficou a ideia principal de que este Observatório deverá ser um projecto aglutinador, coordenador e capaz de implementar e manter actualizada a informação como forma de permitir estratégias de actuação de forma adequada e atempada.

\*

\* \*

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa  
REAPN – Fevereiro 2007